

nalmente, seu abandono”, conclui. Do ponto de vista legal, no entanto, Fernanda lembra que, mesmo no caso da produção da pilocarpina sintética, a comunidade teria direito de receber benefícios porque foi o seu conhecimento sobre a planta que originou o produto sintético. “O que acontece, na prática, é que o conhecimento tradicional não é valorado da mesma forma que o conhecimento científico. “No entanto, essa sabedoria tem um valor por si mesma e é um desperdício que sejam abandonadas as tentativas de acessar esse conhecimento para não repartir os benefícios gerados por ele”, lamenta Fernanda.

FONTE DE LUCRO, FONTE DA VIDA Visões diferentes sobre os recursos naturais estão na base de conflitos como este. Enquanto a Merck vê a biodiversidade como fonte de lucro, para as comunidades tradicionais ela é fonte da vida. “Considerando que existe um arcabouço de proteção jurídica, espera-se que esse arcabouço seja considerado um princípio na relação das empresas e do Estado com os povos indígenas e com as comunidades tradicionais”, afirma Fernanda. “Áreas de elevada importância biológica são ocupadas por povos indígenas e por comunidades tradicionais. Se os países fossem calcular a compensação por serviços ambientais mantidos nessas áreas conservadas, esses povos teriam a receber. Quem mantém floresta em pé no mundo são as comuni-

dades locais, eles são atores principais desse processo, mas quase nunca são considerados dessa forma em acordos, convenções etc”, conclui.

A tendência do mercado de recursos genéticos, regulado por patentes e royalties, é valorar o conhecimento e não tanto o insumo, a biodiversidade. São diversos os exemplos de medicamentos originados a partir do patrimônio genético brasileiro e boa parte dessas patentes são de empresas estrangeiras, já que a informação sobre a biodiversidade brasileira pode ser facilmente encontrada. “Quem precisa de instrumentos apropriados para conhecer e entender o valor do patrimônio genético são as comunidades locais e os povos indígenas. São eles que utilizam de forma sustentável e conservam os recursos naturais, por isso precisam de mais iniciativas de empoderamento, de formação de capacidades”, defende a advogada.

Nesse sentido um Estado mais atuante é fundamental, seja local ou nacionalmente. “Precisamos de iniciativas de conscientização do Estado, das universidades e também do setor privado, para criar uma atmosfera, não de desconfiança, como percebemos hoje, mas que favoreça a proteção dos conhecimentos tradicionais e garanta a repartição justa dos benefícios gerados por ele”, finaliza Fernanda Kaingang.

Patrícia Mariuzzo

AGRICULTURA FAMILIAR

Faltam incentivos para que a biotecnologia germine no campo

A agricultura familiar é responsável por mais de 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira. No entanto, apesar de representar 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país, segundo os dados mais atuais (Censo Agropecuário de 2006 – veja box), apenas os grandes latifundiários têm o capital necessário para o investimento em produtos biotecnológicos de ponta. Dessa forma, “ao passo que as grandes propriedades possuem cada vez mais subsídios do governo para o cultivo das principais commodities – como a cana-de-açúcar e a soja –, a agricultura familiar passa por dificuldades de ordem tanto técnica quanto política e econômica”, destaca o engenheiro agrônomo Piero Oliveira da Embrapa Meio Ambiente. Muitos dos esforços feitos para estimular o avanço da agricultura no Brasil têm secundarizado a posição do chamado “pequeno agricultor” e valorizado o setor de biotecnologia, sobretudo a entrada de produtos em uma rede de importantes parceiros comerciais



Ministério do Desenvolvimento Agrário



Comparado ao latifundiário, o agricultor familiar é responsável pela maior parcela da produção de alimentos nacionais, mas a ocupação por hectares ainda revela concentração de grandes proprietários com estabelecimentos não familiares

QUEM É O AGRICULTOR FAMILIAR NO BRASIL?

Segundo a Lei nº 11.326 (de 2006), agricultor familiar – também chamado de empreendedor familiar rural – é o produtor que não detém, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais (área que pode variar de 5 a 110 hectares) e que utiliza mão de obra da própria família nas atividades de seu estabelecimento. São também beneficiários da Lei os silvicultores, aquicultores, extrativistas e os pescadores que atendam aos requisitos acima. Segundo os últimos dados agropecuários (Censo 2006), foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar – aproximadamente 85% do total no país. Até a data da pesquisa, o contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, representando 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos brasileiros. Os estabelecimentos não familiares (latifúndios), por sua vez, ocupavam 75,7% da área, apesar de conceberem 15,6% do total dos estabelecimentos. Além disso, a área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares *versus* os 309,18 da área de não familiares.

e mercados competitivos. Neste cenário, o pequeno agricultor não só encontra dificuldade para pagar produtos protegidos por patentes (sementes e insumos agrícolas, por exemplo), como também vê encarecidos seus custos e diminuídas suas margens de lucro.

BIOTECNOLOGIA NO CAMPO São tantos os entraves de ordem político-econômica para a liberação e popularização de produtos da engenharia genética – atualmente, são 53 as variedades de organismos geneticamente modificados (OGMs) liberados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) – que há quem defenda mudança de nomenclatura da área. “A área poderia ser renomeada de bioeconomia, afinal a prioridade agora é desenvolver produtos com aplicabilidade comercial e estabelecer parcerias prévias com indústrias. Só assim é possível gerar negócio”, enfatiza Maria Sueli Soares Felipe, docente do curso de ciências genômicas e biotecnologia da Universidade Católica de Brasília (UCB). Trazendo à baila o agricultor familiar, o contrassenso da situação é de uma complexidade alarmante. Muito da sua incoerência se deve à falta de estímulo governamental destinado ao trabalhador rural de pequena produção. O reflexo



de tal limitação se reflete não só no círculo desse trabalhador, como em toda a comunidade que desfruta do produto cultivado por ele. Embora os profissionais de biotecnologia desenvolvam com maestria genes tolerantes à seca e a outros agravantes, a propriedade intelectual e o controle corporativo dificultam que os benefícios científicos e tecnológicos cheguem àqueles que não são latifundiários.

Políticas públicas estruturadas com o uso da engenharia genética têm crescido e obtido entusiasmo por uma parcela dos produtores – um exemplo é o recente Projeto Algodão de Minas Gerais, que tem o apoio da Secretaria do Estado de Agricultura para o fortalecimento do cultivo sustentável do algodão

no norte de Minas Gerais. Apesar de movimentos sociais lutarem contra a utilização de transgênicos, estes já vêm tomando parte do mercado e, especificamente no que concerne a agricultura familiar, já atingiu a produção de milho e quase que inteiramente a de soja.

INCENTIVOS A CAMINHO Um prospecto menos alarmante para o agronegócio familiar está se delineando aos poucos.

Em novembro de 2012, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) firmou um acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), objetivando destinar R\$ 23 milhões para a criação de um programa de incentivo à agricultura familiar. Um mês depois, por sua vez, foi aprovado o Regulamento



O cultivo de soja transgênica no Brasil está nas mãos de grandes produtores

do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul (FAF), que financiará projetos de estímulos ao setor – com isso, o Brasil aportará US\$225 mil anuais com políticas públicas para a agricultura familiar. Ainda nessa rota, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que 2014 será o Ano Internacional da Agricultura Familiar. O panorama competitivo da economia rural também intenciona beneficiar o setor ao instituir o

Sistema Nacional de Certificação da Produção da Agricultura Familiar. Aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, o Projeto de Lei 52/11 do deputado Assis do Couto (PT-PR) propõe que os produtos dos agricultores familiares sejam identificados por selos, potencializando as chances de um tratamento mais adequado em relação ao crédito rural, aumentado a demanda e a qualidade de seus produtos. Com a certificação, o trabalhador também poderá ter acesso privilegiado a recursos do crédito rural – financiamento para ajudar no custeio da produção e comercialização de itens agropecuários – e outros programas governamentais. Apesar de tais ações no setor, a agricultura familiar segue marginalizada.

Para a mudança deste quadro, enfatiza Oliveira, “é imprescindível reiterar a necessidade de um maior entendimento social e político sobre a falta de estrutura disponível para os chamados “pequenos produtores” de nosso país, buscando apoiar o cultivo de alimentos que garantam a segurança alimentar da população”.

Lídia Rogatto